

**SOBRE LINGUAGEM, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE:
ALGUMAS QUESTÕES ESSENCIAIS**

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. *Linguagem: currículo e formação docente*. Vitória da conquista: Edições UESB, 2011.

*Alessandra Cruz Oliveira**

“Imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, presente-a e baseia-se nela.” (BAKHTIN, 1975, p. 89)

O livro *Linguagem: currículo e formação docente*, de autoria de Ester Maria de Figueiredo Souza, divide-se em seis capítulos que tratam de assuntos atuais e importantes para o cenário da educação. Temas ligados à formação docente, currículo, ensino, políticas educacionais, experiências docentes, linguagem, dialogismo são abordados. Textos os quais, sobretudo, dialogam e se entrelaçam ao longo dos capítulos, que versam sobre subtemas específicos e reafirmam uma das concepções chamadas de “pedra de fundamento”: a educação como processo. A autora ainda reitera a linguagem como “elo conceitual” entre os capítulos, que perpassa pelas dinâmicas do cotidiano escolar e das práticas pedagógicas ali dispostas, oportunizando reflexões, diálogo e compartilhamento

* Professora Auxiliar da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), lotada no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL).

de saberes. Por isso propomos mostrar aqui um detalhamento maior desta obra, no sentido de dar aos leitores um panorama mais completo de como cada texto pode interessar e dialogar com a possível realidade na qual eles (graduandos e graduados em letras e pedagogia, professores da educação básica, professores que atuam educação especial, entre outros interessados) se inserem.

Os estudos sobre formação docente indicam uma necessidade de reflexão crítica e reavaliação das práticas pedagógicas existentes, no sentido de perceber o profissional da educação como agente de transformação, que promove construção e por vezes reconstrução de conhecimento; perceber ainda que nenhuma prática pedagógica está fora dos contextos das políticas educacionais, e essas, assim como o currículo emergem da realidade na qual se materializam as relações do ensinar e aprender no espaço escolar.

É particularmente neste sentido que a obra contribui quando inicia no primeiro capítulo, as discussões sobre as duas leis que estabelecem parâmetros para a organização curricular dos cursos de licenciatura da educação básica. No capítulo, “O estágio supervisionado no curso de licenciatura em Letras: Impactos da resolução CNE/CP Nº1/2002 E Nº 2/2002 (p. 13-27)”, a autora discorre sobre o processo e as consequências da aplicação das diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura, apontando as dificuldades e desafios enfrentados neste processo de adequação curricular, chamando a atenção para a necessidade de o **professor-formador** imbuir-se, segunda a autora, de uma nova postura e de trabalho e de intervenção pedagógica. O estágio supervisionado aparece aqui descrito como um elo entre as disciplinas e as atividades que compõem o currículo, e não como uma disciplina isolada do curso. Conclui-se observando que os cursos de Letras tiveram um redimensionamento de cunho profissional, e que este novo currículo deve promover tanto a “reflexão” quanto a “paixão” pela docência.

Considerando, pois, o termo anterior “reflexão”, especialmente em se tratando de linguagem, destaca-se a perspectiva de pensar um profissional também **pesquisador**, e o presente livro denota isso, fruto das experiências colhidas e pensadas teoricamente, à luz de autores referenciados pela autora, tais como Osakabe (1991, p. 8), que propõe “pensar

a educação enquanto linguagem” (SOUZA, 2011, p. 32); Geraldi (1984, p. 46) quando afirma que “uma diferente concepção de linguagem constrói não só uma metodologia, mas, principalmente um novo conteúdo de ensino” (SOUZA, 2011, p. 33); e Bakhtin (1986, p. 123) ao dizer que “[...]. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (SOUZA, 2011, p. 34), teóricos estes conhecidos dos profissionais que atuam na área de linguagem e ensino, da Linguística Aplicada. Para esses profissionais o segundo capítulo, “Currículo e Linguagem: um por fazer e que fazer na sala de aula” (p. 29-39) pode contribuir muito. Este apresenta reflexões que são frutos dos estudos desenvolvidos nos trabalhos de Mestrado e Doutorado da autora: *o primeiro sobre as práticas discursivas na sala de aula*, e o segundo sobre a *construção de uma teoria do currículo para a educação de jovens e adultos*. Questiona-se a artificialidade de um currículo que admite o trabalho com as *formas abstratas da língua*; defende-se uma perspectiva interacionista, e historicamente contextualizada de ensino. O currículo, assim deve ser compreendido como um “ato de currículo” (MACEDO, 2007), portanto, trabalho, processo. Nesse sentido, linguagem e currículo se inter-relacionam. Logo, adotar uma concepção interacionista da linguagem para o currículo escolar implica “situar o lugar do sujeito no discurso”.

Por falar em “situar o sujeito”, e pensando-o sócio-historicamente, nada mais atual que as questões que versam sobre “sujeito, discurso, diversidade, identidades, culturas”... É acima de tudo no espaço escolar, espaço onde o que há na sociedade se expressa em dimensões diferenciadas e não menos heterogêneas, que tal conjuntura própria da contemporaneidade toma forma, se expressa, se constrói. Com um tema atual, “Questões de currículo e educação quilombola” (p. 42-57), tem-se pois o terceiro capítulo, no qual a autora explana sobre a relação currículo e linguagem e apresenta de maneira concisa e didática a experiência de implantação da educação para a diversidade em um sistema municipal de ensino. Discorre em princípio sobre a diversidade cultural enquanto um dos pilares sob os quais uma política educacional deve ser erigido; respeitando sobretudo os diversos universos culturais vigentes, buscando romper com a hegemonia dominante. Aponta que à escola cabe não reproduzir os *padrões de conduta e*

valores sociais já existentes fora da escola, e relata sobre a implantação do núcleo Educação para a Diversidade, instituído pela Secretaria de Educação Municipal em Vitória da Conquista em 2005. Tal implantação foi precedida de um processo que implicou na formação de professores, realização de sessões reflexivas com os mesmos, ações e reformulações constantes

Falar em diversidade, diferenças, implica falar, especificamente no contexto educacional, também em inclusão. São muitos os profissionais que veem em suas salas afluir um novo tipo de aluno com necessidades que demandam um trabalho especializado. E mesmo os que já trabalham com educação especial, também precisam descobrir novas formas de auxiliar os educandos a desenvolver habilidades que possam lhe ser útil também fora do ambiente escolar. É sobre este assunto que o capítulo quatro, “Tecnologias assistivas em comunicação alternativa: reflexão sobre saberes e fazeres de docentes de ensino fundamental” (p. 59-75), discute. Tem-se aqui a educação especial em foco, agora reconfigurada pelas práticas pedagógicas que buscam atender à realidade e à demanda da necessidade da inclusão. Observa-se que *As Tecnologias Assistivas (recursos e serviços que contribuem para ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência para promover independente e inclusa, p. 71.) somam-se a uma nova cultura pedagógica*, fazendo-se necessárias mudanças também nos modelos pedagógicos existentes. Elegem-se, ainda segundo a autora, *os recursos para a comunicação alternativa como linguagem interativa*; propõe-se que os sujeitos interajam, elaborem novas significações em situações enunciativas verbais e visuais ou verbo- visuais nos “*processos de ensinar e aprender*”. Ao se tornar “para todos” a escola vê-se obrigada a rever as metodologias, e as políticas publicam caminham no mesmo sentido, considerando os princípios da cidadania, da inclusão e da igualdade. Atender a uma nova modalidade de aluno presente nas salas de aula demanda uma nova ação. A autora então relata a experiência dos professores envolvidos no processo de construção e apropriação de *tecnologias assistivas* e materiais didáticos úteis ao desenvolvimento dos educandos e a funcionalidade desses em sua vida cotidiana. Inclui também depoimentos dos professores e técnicos da secretaria de educação envolvidos.

É ainda sem perder o foco no humano, que no capítulo cinco, “Currículos e discursos de práticas pedagógicas” (p. 77-97), a autora demonstra conceber o currículo como “construção humana”, como revelação de seleções e escolhas de docentes e não “bloco de conteúdos”. Fala dos “espaços pedagógicos” que afluem nas interações na sala de aula como “práticas discursivas”; ressignifica os termos “rotina e ritual da aula” discriminando-os enquanto “acontecimento discursivo na sala de aula”. Menciona que nos seus estudos de mestrado e doutorado sintetizou em duas a dimensão discursiva da aula: uma considerando rotinas e rituais como frutos das experiências docentes e do trabalho com a linguagem, e a outra, alarga tais conceitos a fim de mostrar as “condicionais de idades e possibilidades de uma teoria do currículo específica para a EJA com idosos. Objetiva expor os limites e fronteiras entre o currículo e as concepções pertinentes às práticas de ensino em EJA, bem como propor diretrizes para apresentar as especificidades da teoria de currículo que embasa as práticas pedagógicas. A autora apresenta especificações do seu estudo de Doutorado defendido em 2003 e fundamenta-se em autores tais como Silva (1999), ao mencionar o currículo, e Bakhtin(1986), sobre linguagem.

Considerando o que diz o autor Rajagopalan em uma entrevista, na obra de Cortez e Xavier(2003:176), “Língua é uma questão política; é criada pelo falante; é instrumento de comunicação; é abstrata”, e dialogando sobre linguagem, sobre os impactos das leis que incidem diretamente no âmbito do ensino de línguas, e também discutindo sob questões que permeiam o campo da Linguística Aplicada, temos o sexto e último capítulo, “Educação indígena: A Lei 11.645/2008 e impactos linguísticos na escola” (p. 99-112); neste, chama-se a atenção para o fato de que três leis tiveram reflexos significativos na escola: as que dizem respeito aos estudos das culturas afro-brasileiras e indígenas e a que obriga o ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

A autora defende aqui que tais leis vão além do currículo, elas implicam necessidade de *definição de política linguística, planejamento e gestão pública, formação de professores, valorização das culturas* para serem efetivadas. Discorre sobre educação escolar indígena e práticas curriculares na escola enquanto *práticas discursivas e culturais constitutivas do currículo escolar*;

mostra também que as políticas linguísticas estão ausentes nos documentos legais. Embasada em autores como Oliveira (2007), Calvet (2007), Rajagopalan (2004) e Orlandi (1988), entre outros, esclarece as singularidades pertinentes à política de planejamento linguístico, o que é, o que abrange e implica dentro do contexto educacional que abrange o ensino de línguas. Discute ainda os dilemas enfrentados no cotidiano, quando da tentativa de adequar lei e contexto real: ensino de língua portuguesa e manutenção de identidade linguística específica de um povo(o indígena, no caso). Aponta para a necessidade de reflexões profundas e para a necessidade sobre o currículo escolar, enquanto parte das políticas linguísticas, e enquanto elemento importante de valorização e afirmação das identidades e das culturas.

As Considerações finais da autora costuram a tessitura do percurso que entrelaça linguagem, formação docente e currículo como *pedras* que fundamentam o universo escolar. Numa linguagem simples, contundente e precisa, esta obra só tem a acrescentar a graduandos, licenciados e interessados em assuntos de linguagem, educação, docência e sobretudo no “humano”.

Referências:

- CORTEZ, S., XAVIER, A. C. *Conversa com linguistas*. São Paulo: Parábola, 2003.
- SASSAKI, R. *Revista Integração*. MEC. Brasília, v.8, n.20, p. 09-17, 1998.
- SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. *Linguagem: currículo e formação docente*. Vitória da conquista: Edições UESB, 2011.

*Recebido em 18/07/2012.
Aprovado em 23/10/2012.*